

Delga
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Delga Participações S.A.
Diadema - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Delga Participações S.A. ("Companhia"), individuais e consolidadas, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.



Base para opinião com ressalvas

1. Até o término de nossos exames, a Companhia não nos apresentou uma análise que suporte que os custos dos estoques de matéria-prima, produtos em elaboração e acabados, registrados na controlada Delga Indústria e Comércio S.A. no montante de R\$ 30.871 mil serão realizados pelo seu valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 24.722 nos estoques de produto em elaboração e acabados em 31 de dezembro de 2014). Adicionalmente, não conseguimos obter evidências suficientes sobre o custo de entrada das matérias-primas e de que os gastos gerais de fabricação estão sendo alocados de forma apropriada aos produtos em elaboração e acabados. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto a valorização dos estoques de matéria-prima, produtos semi acabados e acabados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como os respectivos possíveis efeitos sobre o custo dos produtos vendidos.
2. As práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que as entidades avaliem os valores recuperáveis de seus ativos imobilizados quando houver alguma indicação que esse ativo tenha sofrido alguma desvalorização, sejam elas por condições internas ou externas. A atual situação de mercado, principalmente no segmento de negócio que a controlada Delga Indústria e Comércio S.A. atua, trouxe uma redução significativa nos níveis de produção e consequentemente vendas. A Companhia não nos apresentou nenhum estudo que demonstrasse que seus ativos não tenham sofrido desvalorização. Consequentemente, não nos foi possível efetuar procedimentos alternativos de auditoria que nos possibilitassem concluir quanto a correta mensuração do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014, bem como os respectivos possíveis efeitos sobre a depreciação no resultado do exercício.
3. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía debêntures classificados no passivo não circulante no montante de R\$ 72.450 mil, para os quais o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples (Escritura) inclui cláusulas de "covenants". A Companhia não cumpriu com o prazo para a divulgação das demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado previsto no item 5.3.1.1 do inciso (iii) da Escritura apurado em 31 de dezembro de 2015, deixando assim de ter o direito incondicional de efetuar os pagamentos classificados como não circulantes após doze meses da data base das demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia dependia, conforme estabelecido na Escritura, de deliberação futura dos debenturistas. No entanto, a Companhia obteve anuência dos debenturistas em Assembleia realizada em 14 de abril de 2016. Com base nesse documento, a Administração da Companhia optou por não reclassificar o montante citado acima para o passivo circulante. Esse procedimento, em nosso entendimento, está em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2015 o passivo não circulante está apresentado a maior e o passivo circulante está apresentado a menor em R\$ 72.450 mil.



Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, dos assuntos descritos nos parágrafos 1 a 3 acima, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Delga Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 25 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Kátia Dantas
Contador CRC SP188864/O-3

Delga Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014			2015	2014	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	16.362	8.966	28.131	14.482	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	41.241	47.833
Contas a receber de clientes	6	1.455	827	34.248	18.385	Fornecedores	15	5	-	42.043	36.865
Estoques	7	-	-	53.916	58.653	Obrigações trabalhistas e sociais	16	18	-	24.999	16.630
Ativos mantidos para venda	9	-	8.275	-	8.275	Obrigações fiscais e tributárias	17	276	267	30.434	5.278
Ativo fiscal corrente	8	-	-	10.211	15.079	Parcelamentos de impostos	18	87	24	11.011	16.756
Outros créditos	10	41	41	809	963	Adiantamento de clientes	20	-	-	15.141	7.898
Total do ativo circulante		17.858	18.109	127.315	115.836	Outras contas a pagar		1.352	1.646	1.645	1.951
						Total do passivo circulante		1.738	1.937	166.514	133.211
Contas a receber de clientes	6	-	-	989	2.567						
Ativos mantidos para venda	9	8.275	-	8.275	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	-	-	124.972	130.583
Mútuos a receber de partes relacionadas	13	4.632	40	4.632	-	Parcelamentos de impostos	18	239	18	35.906	21.561
Depósitos judiciais	19	28	28	2.405	2.224	Passivo fiscal diferido	27	-	2.181	1.323	3.635
Outros créditos	10	-	32.500	123	32.623	Provisão para contingências	19	1.552	1.705	3.020	3.173
Ativo fiscal não corrente		-	-	13.964	13.587	Total do passivo não circulante		1.791	3.904	165.221	158.952
Total do realizável a longo prazo		12.935	32.568	30.388	51.001	Patrimônio líquido					
Investimentos	11	14.199	33.834	-	-	Capital social	21	28.488	28.488	28.488	28.488
Imobilizado	12	11.645	11.647	226.784	214.891	Reserva de reavaliação		4.336	4.336	4.336	4.336
Intangível		-	-	356	752	Reserva de incentivos fiscais		12.414	12.414	12.414	12.414
Total do ativo não circulante		38.779	78.049	257.528	266.644	Reserva de lucros		7.870	45.079	7.870	45.079
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-
Total do ativo		56.637	96.158	384.843	382.480	Total do patrimônio líquido		53.108	90.317	53.108	90.317
						Total do passivo		3.529	5.841	331.735	292.163
						Total do passivo e patrimônio líquido		56.637	96.158	384.843	382.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	2015	2014	2015	2014
Receita operacional líquida	22	7.526	8.014	358.490	451.240
Custos das mercadorias vendidas	23	(92)	(98)	(327.597)	(429.276)
Lucro bruto		<u>7.434</u>	<u>7.916</u>	<u>30.893</u>	<u>21.964</u>
Despesas administrativas e gerais	24	(1.634)	(1.431)	(27.560)	(27.080)
Outras receitas operacionais		1.520	29	3.543	12.078
Outras despesas operacionais	25	(15.250)	-	(15.468)	(132)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(29.636)	(19.625)	-	-
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>(37.566)</u>	<u>(13.111)</u>	<u>(8.592)</u>	<u>6.831</u>
Despesas financeiras	26	(100)	(13)	(32.608)	(25.438)
Receitas financeiras	26	1.944	994	5.347	5.707
Despesas financeiras líquidas		<u>1.844</u>	<u>981</u>	<u>(27.261)</u>	<u>(19.731)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(35.722)</u>	<u>(12.130)</u>	<u>(35.853)</u>	<u>(12.901)</u>
Imposto de renda e contribuição social	27	(1.487)	(1.126)	(1.356)	(355)
Prejuízo líquido do exercício		<u>(37.209)</u>	<u>(13.256)</u>	<u>(37.209)</u>	<u>(13.256)</u>
Resultado atribuído para:					
Acionistas controladores		-	-	(37.209)	(13.256)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		<u>(37.209)</u>	<u>(13.256)</u>	<u>(37.209)</u>	<u>(13.256)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2015	2014	2015	2014
Prejuízo líquido do exercício	<u>(37.209)</u>	<u>(13.256)</u>	<u>(37.209)</u>	<u>(13.256)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(37.209)</u></u>	<u><u>(13.256)</u></u>	<u><u>(37.209)</u></u>	<u><u>(13.256)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores						Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Lucros retidos	Total			
						Lucros (prejuízos) acumulados	Total		
Saldo em 1º de janeiro de 2013	<u>28.488</u>	<u>4.436</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>65.573</u>	<u>-</u>	<u>116.608</u>	<u>-</u>	<u>116.608</u>
Antecipação de dividendos	-	-	-	-	(13.035)	-	(13.035)	-	(13.035)
Realização da reserva de reavaliação (Depreciação Edifícios)	-	(100)	-	-	-	100	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(13.256)	(13.256)	-	(13.256)
Compensação de prejuízos com reservas	-	-	-	-	(13.156)	13.156	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>39.382</u>	<u>-</u>	<u>90.317</u>	<u>-</u>	<u>90.317</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(37.209)	(37.209)	-	(37.209)
Compensação de prejuízos com reservas	-	-	-	-	(37.209)	37.209	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>28.488</u>	<u>4.336</u>	<u>12.414</u>	<u>5.697</u>	<u>2.173</u>	<u>-</u>	<u>53.108</u>	<u>-</u>	<u>53.108</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Delga Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(35.722)	(12.130)	(35.853)	(12.901)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	2	2	10.628	8.972
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	19.548	11.368
Resultado na baixa de ativo imobilizado	-	-	329	1.559
Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	421
Constituição de provisão para contingências	-	361	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	29.636	19.625	-	-
	(6.084)	7.858	(5.348)	9.419
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)/diminuição dos ativos				
Contas a receber de clientes	(628)	635	(14.285)	6.890
Contas a receber de partes relacionadas	(4.592)	-	(4.632)	-
Estoques	-	-	4.737	46.937
Ativo fiscal corrente e não corrente	-	-	4.491	(7.647)
Outros créditos	32.500	(41)	32.654	65
Depósitos judiciais	-	-	(181)	168
(Aumento)/diminuição dos passivos				
Fornecedores	5	-	13.742	(6.441)
Obrigações trabalhistas e sociais	18	-	8.369	(511)
Obrigações fiscais e tributárias, parcelamentos de impostos e provisões para contingências fiscais	(2.042)	(779)	22.727	(888)
Adiantamento de clientes	-	-	7.243	(6.640)
Outras contas a pagar	(294)	1.580	(306)	1.544
Juros pagos	-	-	(11.653)	(23.429)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.487)	(883)	(1.355)	(1.290)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	17.396	8.370	56.202	18.177
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Dividendos recebidos	-	40	-	-
Aumento de capital em controlada	(10.000)	-	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	-	-	(9.583)	(25.662)
Fluxo de caixa usados nas atividades de investimento	(10.000)	40	(9.583)	(25.662)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	-	-	40.347	123.735
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	-	-	(73.317)	(109.105)
Distribuição de lucros	-	(13.035)	-	(13.035)
Fluxo de caixa (usado nas) proveniente das atividades de financiamento	-	(13.035)	(32.970)	1.595
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	7.396	(4.625)	13.649	(5.890)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8.966	13.591	14.482	20.372
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	16.362	8.966	28.131	14.482
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	7.396	(4.625)	13.649	(5.890)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Delga Participações S.A. (“Companhia”) localizada em Diadema, São Paulo, tem como objetivo principal a administração de bens e negócios próprios e a participação em outras sociedades.

Planos de ação em andamento pela Companhia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas apresentaram prejuízo no exercício e deficiência de capital de giro. Para a reversão dessa situação a Administração tem adotado várias medidas, sendo que as principais são:

- Discussão com os clientes, visando a recuperação de preços e negociação de prazos;
- Adequação do quadro de profissionais em virtude das novas condições de mercado, com redução de turnos e de jornada de trabalho;
- Novos projetos ganhos para início de produção em 2016/2017 no montante de R\$ 77 milhões para os próximos 3 anos;
- Plano de redução de gastos, custos e investimentos; e
- Renegociação com os bancos, buscando o alongamento da dívida.

2 Entidades do grupo

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía participações nas seguintes empresas controladas (controle integral):

Empresa	% de participação	Atividade desenvolvida
Delga Indústria e Comércio S.A.	100,00%	Estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	99,99%	Revenda de máquinas e equipamentos.
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	99,99%	Estamparia de metais em geral (atualmente sem atividades operacionais)

3 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6** - reconhecimento e mensuração de provisões para crédito de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 12** - definição de vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável

b. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, quando a entidade e suas controladas se tornam partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida com um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia e suas controladas. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, conta corrente a receber partes relacionadas e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Esses ativos abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e debêntures, fornecedores, conta corrente a pagar partes relacionadas e outras contas a pagar.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social - Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

c. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Ativos mantidos para venda

Os ativos não correntes, ou grupos mantidos para venda ou distribuição contendo ativos e passivos, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente através de venda ao invés do uso contínuo.

Os ativos, ou o grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidas para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas subsequentes sobre remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos líquidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóvel de terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Amortização

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	1- 5 anos
----------	-----------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que o Grupo não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; o
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável.

Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, A Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, provisão é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custo para venda. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

l. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas.

(ii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, deão longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

m. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n. Receita operacional

Venda de bens

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

Serviços prestados

A Companhia reconhece a receita com prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos; e
- despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

p. Imposto de renda e contribuições sociais

A Companhia têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplicasse a alíquota de 32%, para receitas de aluguéis e de 8% para receitas de venda de imóveis, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

As controladas têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

q. Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

r. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia e suas controladas não planejam adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Caixa	5	5	37	41
Bancos conta movimento	327	704	8.580	2.239
Aplicações financeiras	16.030	8.257	19.514	12.202
	16.362	8.966	28.131	14.482

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de investimento de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações médias de 95% a 101% (95% a 101% em 2014) dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Contas a receber	2.987	2.359	37.746	34.711
(-) Antecipação de recebíveis (i)	-	-	-	(11.250)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.532)	(1.532)	(2.509)	(2.509)
	1.455	827	35.237	20.952
Circulante	1.455	827	34.248	18.385
Não circulante	-	-	989	2.567

- (i) Refere-se a antecipação de recebíveis através de contrato de cessão de crédito sem coobrigação ou direito de regresso, com obrigação pela liquidação diretamente por parte dos clientes da Companhia à instituição financeira cessionária. Em 2015 não foram feitas as antecipações, a Companhia possuía disponibilidade de caixa.

As controladas da Companhia vendem produtos e componentes para empresas de grande porte e de substancialmente no setor automotivo, com a participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

Cliente	% de concentração
Volkswagen	35,28%
General Motors	21,16%
Scania	9,71%
Mercedes Benz	9,52%
Outros	24,33%
Total	100,00%

Para reduzir o risco de crédito a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite individual de crédito e acompanhando permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2015	2014	2015	2014
A Vencer	658	632	22.403	28.359
Vencidos:				
até 30 dias	114	26	7.710	2.054
de 31 a 90 dias	467	143	2.875	649
de 91 a 180 dias	129	19	566	273
há mais de 180 dias	1.619	1.539	4.192	3.376
Total vencidos	<u>2.329</u>	<u>1.727</u>	<u>15.343</u>	<u>6.352</u>
Total geral	<u><u>2.987</u></u>	<u><u>2.359</u></u>	<u><u>37.746</u></u>	<u><u>34.711</u></u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa tem a seguinte movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	(1.532)	(1.171)	(2.509)	(2.087)
Constituição	-	(361)	-	(422)
Saldo final	<u><u>(1.532)</u></u>	<u><u>(1.532)</u></u>	<u><u>(2.509)</u></u>	<u><u>(2.509)</u></u>

7 Estoques

	Consolidado	
	2015	2014
Produtos acabados	8.478	12.916
Produtos semi-acabados	12.270	11.806
Matérias primas	10.123	15.186
Mercadorias para revenda	6.673	7.620
Materiais de consumo auxiliares e outros	1.066	1.264
Ferramentais em construções	6.415	4.892
Adiantamento a fornecedores	8.891	4.969
	53.916	58.653

8 Ativo fiscal corrente e não corrente

	Consolidado	
	2015	2014
IPI a compensar	1.205	988
ICMS a compensar	15.441	15.445
COFINS a compensar	159	178
PIS a compensar	33	37
Créditos extemporâneos (i)	6.817	11.649
IR a compensar	338	252
Outros	182	117
	24.175	28.666
Circulante	10.211	15.079
Não circulante	13.964	13.587

- (i) Em 2014 houve o levantamento de créditos tributários IPI, IRPJ, CSLL e PIS/COFINS não aproveitados nos últimos 5 anos (período de 2010 a 2014) que resultou na contabilização de créditos extemporâneos.

9 Ativos mantidos para venda

Representado por 7 (sete) imóveis disponíveis para venda no montante total de R\$ 8.275 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 8.275 mil em 2014 representado por 7 sete imóveis), não mais alocados nas operações da Companhia, avaliados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, os quais são inferiores aos valores esperados de realização.

Esses bens estão disponíveis para venda em suas condições atuais.

10 Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Incorporadora Vinson Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	-	32.500	-	32.500
Outros Créditos	41	41	932	1.086
Saldo final	41	32.541	932	33.586
Circulante	41	41	809	963
Não Circulante	-	32.500	123	32.623

- (i) Refere-se ao montante a receber referente à venda de imóveis conforme contrato de compra e venda com registro livro nº 10.216 – pág. 169, em 2015 o mesmo foi renegociado com a empresa Vinson no valor de R\$ 17.250, quitando o contrato de compra e venda.

11 Investimentos em controladas

a. Composição dos saldos

	Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldos em investimentos		
Delga Indústria e Comércio S.A	12.965	30.131
Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	5.022	7.743
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	(3.788)	(4.040)
Total de investimentos	14.199	33.834

b. Composição dos investimentos

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Capital Social	49.379	6.319	704	-
Participação	100%	99,99	99,99	-
Total do ativo das controladas	331.202	14.844	708	346.754
Total do passivo das controladas	(318.238)	(9.822)	(4.496)	(332.556)
Resultado das controladas	(27.167)	2.721	(251)	(24.697)
Patrimônio líquido de investidas em 31 de dezembro de 2015	12.964	5.023	(3.788)	14.199
Resultado de equivalência patrimonial	(27.167)	(2.721)	251	29.637
Valor de investimentos em 31 de dezembro de 2015	12.964	5.023	(3.788)	14.199

c. Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

Delga Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

	Delga Indústria e Comércio S.A.	Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	Tamet Estamparia Pesada Ltda.	Total
Saldos em 31/12/2014	30.131	7.744	(4.039)	33.836
Aumento de capital social em investida (i)	10.000	-	-	10.000
Equivalência patrimonial	(27.167)	(2.721)	251	(29.637)
Saldos em 31/12/2015	12.964	5.023	(3.788)	14.199

(i) Aumento de capital que ocorreu ao longo de 2015 no valor de R\$ 10.000 na Delga Indústria e Comércio S.A.

12 Ativo imobilizado e intangível

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Terrenos	6.783	6.783	8.474	8.474
Edifícios	4.856	4.856	20.009	20.009
Instalações	-	-	17.065	10.862
Máquinas e equipamentos	3	3	176.412	160.396
Móveis e utensílios	3	3	1.557	1.539
Veículos	104	104	2.351	2.628
Equipamentos de informática (CPD)	4	4	2.945	2.944
Aparelhos e acessórios	-	-	6.248	6.336
Benfeitorias em imóveis	-	-	1.514	1.514
Veículos industriais	-	-	478	478
Instalações administrativas	-	-	350	350
Embalagens Industriais	-	-	5.581	4.071
Software	-	-	3.910	3.890
Marcas e patentes	-	-	39	39
Ferramentas	-	-	873	878
Imobilização em andamento	-	-	41.475	56.910
Juros capitalizados	-	-	26.958	14.087
	11.753	11.753	316.239	295.405
Depreciações/ amortização acumuladas	(108)	(106)	(89.099)	(79.762)
Ativo Imobilizado e intangível	11.645	11.647	227.140	215.643

Os custos capitalização de empréstimos na rubrica de imobilização em andamento totalizaram no exercício findo de 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 26.958 (R\$ 14.087 em 2014).

Resumo da movimentação do ativo imobilizado

Controladora

	2015	2014
Saldo inicial	11.647	11.649
Depreciação e amortização	(2)	(2)
Saldo final	11.645	11.647

Consolidado

	2015	2014
Saldo inicial	215.643	195.381
Aquisições	9.583	25.662
Transferência do imobilizado para ativo para venda	-	(4.398)
Baixas	(328)	(1.559)
Juros capitalizados	12.871	9.529
Depreciação e amortização	<u>(10.629)</u>	<u>(8.972)</u>
Saldo final	<u>227.140</u>	<u>215.643</u>

Outras considerações

Em 2003, a Companhia reconheceu reavaliação de bens imóveis e determinados bens móveis (máquinas e equipamentos e instalações) baseada em laudo emitido por peritos independentes.

A Companhia e suas controladas avaliaram a aplicação da revisão da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e sua controlada Delga Indústria e Comércio S.A. tinham imóveis dados em garantia de debêntures, no valor líquido contábil de R\$ 9.023 (R\$ 9.023 em 2014).

13 Transações com partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2015 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração foi de R\$ 1.440 (R\$ 1.419 em 2014) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, honorários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

A Companhia e suas controladas não possuem outros tipos de remuneração, tais como, benefícios pós-emprego.

Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber representam principalmente operações de empréstimos em forma de mútuo tendo por objetivo suprir recursos para a manutenção das atividades operacionais, com vencimento predefinido, renovado automaticamente. Conforme pactuado entre as partes, atualmente, não há a incidência de encargos financeiros.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo Circulante				
Delga Indústria e Comércio Ltda	-	40	-	-
Mutuo Sócios Pessoa Física	4.632	-	4.632	-
Saldo final	<u>4.632</u>	<u>40</u>	<u>4.632</u>	<u>-</u>

As operações mercantis entre empresas ligadas, efetuadas em condições acordadas entre as partes, estão assim demonstradas:

	Controladora	
	2015	2014
Resultado		
Receita de aluguel		
Delga Indústria e Comércio S.A	3.249	2.208
Fobrasa Comércio e Indústria de Máquinas Ltda.	860	1.656
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	63	61
	<u>4.172</u>	<u>3.925</u>

Conforme contratos, os reajustes são anuais e com base nos índices que registre a real inflação na data de vencimento de cada contrato.

- Delga - Diadema - Vencimento Outubro/15 - 6,72 - ICV/Diese
- Delga - Diadema - Vencimento Junho/15 - 7,98 - IGPM
- Delga - Filial Ferraz - Vencimento Setembro/15 - 6,92 - IGPM
- Fobrasa - Rua Almirante Lobo - Vencimento Novembro/15 - 6,59 - INPC/IBGE
- Fobrasa - Rua Piratininga - Vencimento Junho/15 - 7,98 - IGPM

14 Empréstimos, financiamentos e debentures

Modalidade	Consolidado	
	2015	2014
Finame	19.500	16.244
Capital de giro	26.357	36.782
Capital de giro - moeda estrangeira	6.284	3.561
Arrendamento mercantil	31	304
BNDES	31.955	33.100
Debêntures	82.086	88.425
Total	<u>166.213</u>	<u>178.416</u>
Passivo circulante	41.241	47.833
Passivo não circulante	124.972	130.583

Cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o seguinte cronograma de vencimento:

Período

	2015	2014
2016	-	43.189
2017	49.964	34.416
2018	44.571	30.496
2019	20.480	15.862
2020	5.789	6.620
2021	4.168	-
	124.972	130.583

Aquisição de ativo fixo - FINAME

Financiamentos obtidos para investimento em máquinas e equipamentos que possuem taxas de juros anuais variando de 2,50% a 8,70%.- Vencimento 15/01/2020

Capital de giro (PROGEREM - BNDES -BRASIL)

Os empréstimos possuem taxas de juros anuais de 4,17% a.a + SELIC - Vencimento 15/09/2021

Capital de giro -Moeda estrangeira

Os empréstimos possuem taxas de juros anuais de, aproximadamente, LIBOR 0,15% a 0,75% ao ano e correção pela taxa cambial.- Vencimento 05/08/2017

Arrendamento mercantil

Captações aplicadas na aquisição de máquinas, equipamentos e outros que possuem taxas de juros anuais de, aproximadamente, 15,99% a 26,23%. - Vencimento 02/07/2016

Debêntures

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Em 14 de abril de 2014 foi efetuada a 2ª emissão das debentures com a liquidação da 1ª emissão

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	14 de abril de 2014
Data final da liquidação:	14 de maio de 2019
Quantidade:	900
Valor total da emissão:	R\$90.000
Espécie:	A definir, em comum acordo entre as Partes, devendo ser, pelo menos, da espécie quirografária e nunca subordinada.
Forma :	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal :	Série I - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,23% a.a.
Pagamento da remuneração mensal:	Série II - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,27% a.a. Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015.
Pagamento do principal:	R\$90.000 serão pagos em 48 parcelas iguais e mensais a partir de 12/05/2015, junto com a remuneração mensal.
Garantias :	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas.
Obrigações adicionais - Índices financeiros (testados todo final de ano):	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 3,00 em 2014. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,75 em 2015. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,50 em 2016. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019 .
Obrigações adicionais - Outras	Não transformar a sociedade em limitada (Ltda.), não efetuar pedido de recuperação judicial ou falência, entre outros.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos, com vencimento final em 14 de maio de 2019, conforme seguem:

	R\$
Parcela de curto prazo	9.636
Parcela de longo prazo	<u>72.450</u>
Total	<u><u>82.086</u></u>

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 3.106 mil (R\$ 2.224 mil em 2014) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia mantém em seus empréstimos, financiamentos e debêntures, garantias e restrições usuais de mercado.

Os covenants relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionados ao cumprimento de índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora da Companhia Delga Participações S.A, para os quais a Companhia obteve waiver em dezembro de 2015. Em relação ao cumprimento do prazo para divulgação das demonstrações financeiras completas após cada término de exercício social, o waiver foi obtido em abril de 2016.

Garantias

As linhas de financiamentos, exceto as debêntures comentadas anteriormente, possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

As debêntures possuem garantia de imóveis da Companhia e de sua controlada Delga Indústria e Comércio S.A., no valor líquido contábil de R\$ 9.023 em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Fornecedores nacionais	5	-	40.358	34.884
Fornecedores do exterior	-	-	<u>1.685</u>	<u>1.981</u>
Circulante	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>42.043</u>	<u>36.865</u>

Os fornecedores estão representados por obrigações por compra de insumos para utilização no processo produtivo e de prestadores de serviços em geral.

16 Obrigações trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ordenados e salários	3	-	1.839	2.715
Encargos sociais - INSS e FGTS	4	-	9.291	2.342
Provisão de férias e encargos	11	-	9.009	10.220
Outras obrigações trabalhistas	-	-	4.860	1.353
Circulante	18	-	24.999	16.630

17 Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ICMS a recolher	-	-	12.266	3.669
IPI	-	-	-	812
ISS a recolher	-	-	13	26
IRRF a recolher	-	-	2.891	20
INSS a recolher	-	-	5.728	60
PIS e COFINS a recolher	24	24	9.278	448
Imposto de renda e contribuição social	252	243	252	243
Outros	-	-	6	-
Circulante	276	267	30.434	5.278

18 Parcelamentos de impostos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Parcelamento ICMS	-	-	26.793	20.426
Parcelamento IPTU	20	42	20	41
Parcelamento INSS Lei 11.941/09	-	-	2.540	3.314
Parcelamento RFB Lei 11.941/09	-	-	13.786	14.104
Parcelamento RFB Lei 12.966/14	-	-	313	266
Parcelamentos trabalhistas	-	-	121	166
Parcelamento PIS E COFINS	-	-	240	-
Parcelamento INSS	306	-	3.104	-
	326	42	46.917	38.317
Circulante	87	24	11.011	16.756
Não circulante	239	18	35.906	21.561

Parcelamentos tributários e trabalhistas

Entre 2007 e 2015, as controladas Delga Indústria e Comércio S.A e Fobrasa Comércio de Máquinas Ltda, protocolaram diversos pedidos de parcelamentos de âmbitos Federais, Estaduais, Municipais e trabalhistas, para amortização em períodos que variam de 36 a 106 meses. Referidos parcelamentos são atualizados de acordo com legislação específica e vem sendo pagos de acordo com os cronogramas deferidos.

Em 25 de novembro de 2009, as controladas optaram por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES Federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia e suas controladas formalizaram a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei sendo que, em 31/12/13, restavam para a Companhia e suas controladas de 21 a 34 parcelas a serem pagas relativas ao débito referente ao parcelamento com saldo remanescente (anteriormente PAES), de 24 a 154 parcelas a serem pagas relativas ao debito referente débitos de IRPJ e CSLL, e de 74 a 87 parcelas a serem pagas relativas à débitos de INSS.

Os saldos a pagar de parcelamentos são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

19 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de seus advogados, e a inclusão no programa de parcelamento “REFIS IV” de tributos devidos, discutidos ou não judicialmente, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia e suas controladas possuíam registrado o montante de R\$1.552 para cobrir riscos prováveis.

Foram efetuados depósitos judiciais para dar continuidade à discussão desses processos e de outros assuntos não classificados como provisão para demandas judiciais, os quais totalizam os seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Depósitos judiciais	28	28	2.405	2.224
Natureza	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Tributária	1.552	1.705	3.020	3.173

Contingências passivas não provisionadas

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes a processos avaliados pelos seus assessores jurídicos como sendo de risco possível somavam o montante de R\$ 20.922 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 5.650 em 2013). Nenhuma provisão foi constituída para estes processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

20 Adiantamento de clientes

Refere-se a valores recebidos em 2015 R\$ 15.141 (em 2014 R\$ 7.898) a título de adiantamento de clientes por conta de pedidos de produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues no exercício subsequente.

21 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia integralizado em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é de R\$ 28.488, representado por 28.544.623 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados

	31/12/2015	31/12/2014
Maria Ione Victollo Delgado	54,28%	54,28%
Antonio Augusto Delgado Junior	15,24%	15,24%
Vanessa Augusta Delgado de Azevedo Pimentel	15,24%	15,24%
Carla Milena Delgado	15,24%	15,24%
	100,00%	100,00%

Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

Até 31 de dezembro de 2012, esta reserva era representada pelos resultados positivos originados da desapropriação de imóvel ocorrida em 2007, em função de tratamento tributário específico para esta transação.

Reserva de reavaliação

Refere-se à reavaliação de terrenos, edifícios e construções e máquinas e equipamentos efetuada pela controlada Delga Indústria e Comércio Ltda. em 2003, baseada em laudo emitido por peritos independentes. Atendendo as disposições legais, foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o saldo da reserva de reavaliação, que está classificada no passivo não circulante nestas demonstrações financeiras.

Política de dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

22 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receita de produtos	-	-	427.821	494.028
Receita de ferramental			18.773	39.823
Receita de serviços	-	-	136	217
Receita de alugueis	7.811	8.317	4.562	4.735
Receita de revenda	-	-	11.238	21.295
Receita de sucata		-	17.406	21.050
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(285)	(303)	(121.446)	(129.908)
Receita operacional líquida	<u>7.526</u>	<u>8.014</u>	<u>358.490</u>	<u>451.240</u>

23 Custo dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Mão de obra direta	(31)	-	(50.461)	(56.218)
Materiais diretos	-	(98)	(164.091)	(243.650)
Outros custos diretos	(61)		(21.538)	(21.871)
Custos indiretos de fabricação	-	-	(87.866)	(100.098)
Custos revenda mercadorias	-	-	(3.641)	(7.439)
	<u>(92)</u>	<u>(98)</u>	<u>(327.597)</u>	<u>(429.276)</u>

24 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesa com pessoal	(259)	-	(17.792)	(14.455)
Serviços de consultoria	(56)	(94)	(1.361)	(997)
Gastos mercadológicos	(8)	(444)	(498)	(1.405)
Depreciações e amortizações	(2)	(2)	(1.331)	(735)
Seguros	-	-	(239)	(377)
Processamento de dados	-	-	(1.272)	(2.090)
Impostos e taxas	(1.106)	(795)	(1.354)	(1.053)
Despesas gerais	(203)	(96)	(3.713)	(5.968)
	<u>(1.634)</u>	<u>(1.431)</u>	<u>(27.560)</u>	<u>(27.080)</u>

25 Outras despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Renegociação de créditos venda imóvel (i)	(15.250)	-	(15.250)	-
Despesas gerais	-	-	(218)	(132)
	<u>(15.250)</u>	<u>-</u>	<u>(15.468)</u>	<u>(132)</u>

- (i) Renegociação do saldo a receber de R\$ 32.500 referente à venda de imóvel pela companhia, em razão de que até a data do presente acordo o projeto de construção do empreendimento não havia sido aprovado pelas autoridades competentes, apesar dos grandes esforços e gestões realizadas pela Incorporadora; pela conjuntura econômica de crise pelo qual atravessa o país, ocasionando inusitada retração no mercado imobiliário e gerando incertezas quanto ao sucesso do empreendimento. Assim, na busca de atendimento dos interesses e necessidades, as partes acordaram em antecipar e quitar o saldo da dívida pelo valor de R\$ 17.250 conforme contrato de quitação registrado no 15º Cartório de Notas de São Paulo – Livro 2568 – Pág. nº 353/358 – Segundo – Translado.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(3)	(3)	(1.214)	(328)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(6)	-	(20.761)	(17.783)
Descontos concedidos	(7)	-	(292)	(453)
Variação cambial passiva	-	-	(2.428)	(2.937)
Variação monetária passiva	(21)	(5)	(3.693)	(2.459)
Outras	(63)	(5)	(4.220)	(1.478)
	<u>(100)</u>	<u>(13)</u>	<u>(32.608)</u>	<u>(25.438)</u>
Receitas financeiras				
Juros recebidos	47	119	209	333
Juros ativos s/ financiamentos	-	-	1.048	1.199
Descontos obtidos	-	-	75	81
Aplicações financeiras	1.896	875	2.232	1.146
Variação cambial ativa	-	-	1.333	2.800
Variação monetária ativa	1	-	450	90
Outras receitas	-	-	-	58
	<u>1.944</u>	<u>994</u>	<u>5.347</u>	<u>5.707</u>
Resultado financeiro líquido	<u>1.844</u>	<u>981</u>	<u>(27.261)</u>	<u>(19.731)</u>

27 Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está apresentada como segue:

Controladora

	2015	2014
Receita bruta de aluguéis	7.811	8.317
Alíquota de presunção	<u>32%</u>	<u>32%</u>
Base de cálculo para tributação do imposto de renda e contribuição social	(2.500)	(2.661)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre receita bruta de aluguéis	<u>(850)</u>	<u>(905)</u>
Outros	(637)	(221)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	<u>(1.487)</u>	<u>(1.126)</u>

Consolidado

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(35.853)	(12.901)
Lucro da controladora apurado pelo lucro presumido	35.722	12.130
Lucro contábil ajustado	<u>(131)</u>	<u>(771)</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social: pela alíquota fiscal combinada	45	262
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido	86	509
Imposto de controladas apurado pelo lucro presumido	<u>(1.487)</u>	<u>(1.126)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(1.356)</u>	<u>(355)</u>
Alíquota efetiva	<u>-4%</u>	<u>2,75%</u>

b. Composição dos impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

	Controladora	
	Passivos	
	31/12/2015	31/12/2014
Imposto diferido sobre venda de imóveis a prazo (i)	-	(2.181)
Passivo fiscal diferido	-	(2.181)
	Consolidado	
	Passivos	
	31/12/2015	31/12/2014
Depreciação	(1.323)	(1.454)
Imposto diferido sobre venda de imóveis a prazo (i)	-	(2.181)
Passivo fiscal diferido	(1.323)	(3.635)

- (i) Passivo fiscal diferido reconhecido sobre transação de venda de imóvel recebido a prazo, conforme demonstrado na nota explicativa 9.
- (ii) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporárias, pois não é provável que haja lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar os benefícios destes.

28 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia e suas controladas.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

		Controladora	
		31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		332	709
Aplicações financeiras		16.030	8.257
Contas a receber de clientes		1.455	827
Mútuos a receber partes relacionadas		4.632	40
Outros créditos		41	32.541
		22.490	42.374
		Consolidado	
		31/12/2015	31/12/2014
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa		8.617	2.280
Aplicações financeiras		19.514	12.202
Contas a receber de clientes		35.237	20.952
Mútuos a receber partes relacionadas		4.632	-
Outros créditos		19.939	33.586
		83.939	69.020

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2015:

Delga Participações S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015

		Controladora	
		Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	332	332	-
Aplicações financeiras	16.030	16.030	
Contas a receber de clientes	1.455	1.455	
Mútuos a Receber partes relacionadas	4.632	-	4.632
Outros créditos	41	41	-
	<u>22.490</u>	<u>17.858</u>	<u>4.632</u>
Passivos			
Outras contas a pagar	1.352	1.352	-
	<u>1.352</u>	<u>1.352</u>	<u>-</u>
		Consolidado	
		Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	8.617	8.617	-
Aplicações financeiras	19.514	19.514	-
Contas receber de clientes	35.237	34.248	989
Outros créditos	19.939	19.816	123
	<u>83.307</u>	<u>82.195</u>	<u>1.112</u>
Passivos			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	166.213	41.241	124.972
Fornecedores	42.043	42.043	-
Outras contas a pagar	1.645	1.645	-
	<u>209.901</u>	<u>84.929</u>	<u>124.972</u>

Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

		Controladora	
		Valor contábil	
		31/12/2015	31/12/2014
Instrumentos de taxa variável			
<i>Ativos financeiros</i>			
Aplicações financeiras		16.030	8.257

	Consolidado	
	Valor contábil	
	31/12/2015	31/12/2014
Instrumentos de taxa variável		
<i>Ativos financeiros</i>		
Aplicações financeiras	19.514	12.202
<i>Passivos financeiros</i>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	166.213	178.416

A Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Controladora								
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2015	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 – Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	16.030	Variação do CDI	13,23%	2.121	2.651	3.182	1.591	1.061
1 + 2		Efeito		2.121	2.651	3.182	1.591	1.061
Consolidado								
Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2015	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 – Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	19.514	Variação do CDI	13,23%	2.582	3.227	3.873	1.937	1.291
2 – Passivos financeiros								
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	(166.213)	Variação do CDI	13,23%	(21.990)	(27.487)	(32.985)	(16.493)	(10.995)
1 + 2		Efeito		(19.408)	(24.260)	(29.112)	(14.556)	(9.704)

Risco de taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. A moeda na qual essa transação é denominada é Dólar Americano. A Companhia e suas controladas não se utilizam de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de hedge, devido a administração da Companhia entender que esse risco não é significativo.

A Companhia e suas controladas não possuem recebíveis sujeitos a flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

Com relação a outros passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia e suas controladas garantem que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco da moeda estrangeira foi a seguinte:

	2015	2014
<i>(em milhares de USD)</i>		
Fornecedores do exterior	(432)	(746)
	(432)	(746)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa à vista		Taxa média	
	2015	2014	2015	2014
USD	3,9048	2,6562	3,8690	2,3531

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado consolidado do Grupo na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

		Cenários				
		I -Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Fornecedores do exterior	ValorizaçãoDólar	(432)	(540)	(648)	(324)	(216)
	Efeito	(432)	(540)	(648)	(324)	(216)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apóia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia e suas controladas é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Controladora			
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos Pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2015
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	332	-	332
Aplicações financeiras	5	16.030	-	-	16.030
Contas a receber de clientes	6	-	1.455	-	1.455
Mútuos a receber de partes relacionadas	12	-	4.632	-	4.632
Outros créditos	9	-	41	-	41
Total		<u>16.030</u>	<u>6.460</u>	<u>-</u>	<u>22.490</u>
Passivos					
Outras contas a pagar	-	-	-	1.352	-
Total	-	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.352</u>	<u>-</u>
		Controladora			
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos Pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2014
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	709	-	709
Aplicações financeiras	5	8.257	-	-	8.257
Contas a receber de clientes	6	-	827	-	827
Mútuos a receber de partes relacionadas	12	-	40	-	40
Outros créditos	9	-	32.500	-	32.500
Total		<u>8.257</u>	<u>34.076</u>	<u>-</u>	<u>42.333</u>
Passivos					
Outras contas a pagar	-	-	-	1.646	-
Total	-	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.646</u>	<u>-</u>

Consolidado					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos Pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2015
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	8.617	-	8.617
Aplicações financeiras	5	19.514	-	-	19.514
Contas a receber de clientes	6	-	35.237	-	35.237
Outros créditos	9	-	19.939	-	19.939
		19.514	63.793	-	83.307
Total					
Passivos					
Fornecedores	14	-	-	42.043	42.043
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	166.213	166.213
Outras contas a pagar	-	-	-	1.645	1.645
		-	-	209.901	209.901
Total					

Consolidado					
	NE	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos Pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2014
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	2.280	-	2.280
Aplicações financeiras	5	12.202	-	-	12.202
Contas a receber de clientes	6	-	20.952	-	20.952
Outros créditos	9	-	33.586	-	33.586
		12.202	56.818	-	69.020
Total					
Passivos					
Fornecedores	14	-	-	36.865	36.865
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	-	-	178.416	178.416
Adiantamento de clientes	19	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	-	-	1.951	1.951
		-	-	217.232	217.232
Total					

Valor justo

a. *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e suas controladas não efetuam operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, bem como de contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

O comparativo entre o valor contábil e valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2015 é demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	166.213	166.213

Os valores justos de empréstimos, financiamentos e debêntures foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: BM&FBovespa e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

- **Nível 1** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 2 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

* * *

Antonio Augusto Delgado Junior
Diretor Presidente

Luiz Nogueira dos Santos
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Barboza
Contador CRC 1SP164770/O-0